

A CONTRIBUIÇÃO DE CAIO PRADO JÚNIOR PARA O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO¹

“[...] no Brasil não ocorrem rupturas, não se supera o passado, que se eterniza, tornando nossa história uma “permanente atualidade” (Bernardo Ricúpero).

Daniel Rodrigo Strelow - FURB
danistrelow@gmail.com²

Tatiane Aparecida Viegas Vargas – FURB-UNIDAVI
tatianeviegas@gmail.com³

Ivo Marcos Theis – FURB⁴
theis@furb.br

4. História econômica e Social

Resumo

O presente artigo foi construído na disciplina de Introdução ao Pensamento Social Brasileiro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR – FURB. Trata-se de uma revisão teórica, da vida e obra do pensador brasileiro Caio Prado Júnior. Optou-se por destacar duas obras, *Formação do Brasil Contemporâneo*, compreendendo-se que esta reúne os principais elementos do pensamento caiopradeano e também, *A Revolução Brasileira*, esta em função da crítica feita pelo autor a esquerda brasileira. De maneira introdutória, buscou-se levantar informações sobre a vida de Caio Prado, considerando principalmente seu período de militância e adesão ao PCB. A produção intelectual de Caio Prado é rica em detalhes, aponta para as contradições pontuais de um país colonizado, cujo interesse colonial era a exploração material e humana. Foi intelectual e militante, pensou o Brasil desde dentro, foi categórico e detalhista. Apontou o passado colonial como principal questão a ser superada, para então, o Brasil constituir-se de fato uma economia nacional. É considerado o primeiro marxista brasileiro. Todavia, em suas análises não utilizou o marxismo como ideologia, mas como método possível para intervenção na realidade brasileira.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior, Formação do Brasil Contemporâneo, A Revolução Brasileira.

Introdução

A obra de Caio Prado Júnior é instigante, nos faz refletir sobre os reflexos atuais do processo de formação brasileira. Caio Prado pensou o Brasil desde dentro, não buscou esquemas prontos, não forçou uma explicação a partir de uma teoria. Ele buscou nas origens

¹Trabalho realizado para a disciplina de Introdução ao Pensamento Social Brasileiro, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR da Universidade Regional de Blumenau - FURB

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – FURB.

³ Docente no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – FURB.

⁴ Doutor em Geografia pela Universität Tübingen [Alemanha], coordenador do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional, professor da FURB e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

da colonização, o sentido para a formação do Brasil. Fez essa relação de forma crítica, muito bem fundamentada. Mergulhou de tal forma na realidade brasileira, que sua obra permanece contemporânea. Mas ele foi além, não se satisfaz com a análise intelectual e engajou-se na política, militou em prol do que acreditava ser o caminho para a superação do atraso brasileiro, ou seja, os resquícios coloniais.

Viveu e escreveu num momento de grandes conturbações no Brasil. Foi preso várias vezes e exilado por dois anos. Rompeu intelectualmente com a burguesia brasileira, a qual pertencia, mas, não era totalmente aceito pela esquerda. Mal compreendida, sua obra ficou por muito tempo a deriva na construção do pensamento social brasileiro, mas, vem sendo resgatada. A atualidade do pensamento caiopradeano é inegável, daí a importância do pensamento de Caio Prado para a compreensão da formação social, econômica, política do Brasil.

Este artigo teve o propósito de fazer uma revisão sobre o pensamento de Caio Prado Júnior. Não seria possível em poucas páginas revisar toda a obra do autor, por isso, optou-se por destacar o livro publicado em 1942, *Formação do Brasil Contemporâneo*, e o livro publicado em 1966, *A Revolução Brasileira*. Por razões didáticas, o artigo está dividido em sete seções sendo, (i) esta introdução, (ii) Vida e Militância, (iii) Influências no pensamento de Caio Prado, (iv) Produção Intelectual de Caio Prado, (v) A Formação do Brasil Contemporâneo, (vi) A Revolução Brasileira, (vii) Conclusões Pessoais e Referências.

Vida e Militância

Caio Prado nasceu em 11 de fevereiro de 1907, na cidade de São Paulo. Era o terceiro entre os quatro filhos de Caio e Antonieta Silva Prado. Pelo lado materno pertencia a família Álvares Penteados, uma das mais influentes de São Paulo. Caio recebeu educação particular ingressando em 1918 no colégio jesuíta São Luís, onde permaneceu até a conclusão do ensino secundário. Em 1924 ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, formando-se bacharel em ciências jurídicas e sociais (BRANDÃO, 2014). Em 1929 casou-se com Hermínia Cerquinho com quem teve dois filhos, Yolanda e Caio Graco. Matriculou-se na seção de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1934, mas, sua passagem pelo curso foi interrompida em 1935, provavelmente em função de sua segunda prisão (SECCO, 2012).

Advogou por pouco tempo e logo deu início a militância filiando-se em 1928 ao Partido Democrático (PD), o qual apoiou Getúlio Vargas nas eleições de 1930. Segundo Secco (2008,

p. 28) sua primeira prisão foi em 31 de dezembro de 1929, quando numa recepção em São Paulo, na presença de Júlio Prestes, deu um “viva a Getúlio Vargas”, naquele momento apoiar Getúlio parecia ser o mais sensato haja vista o fato do mesmo ser o candidato de oposição ao atual governo. Depois de um ano, aparentemente decepcionado com os rumos do Governo Vargas, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro em 1931. Apesar de seu rompimento com a burguesia paulista e ingresso no PCB, muitos colegas de partido duvidavam das condições de militância de Caio Prado, justamente por conta de pertencer a burguesia paulista. Ele não teve nenhum cargo de grande representatividade durante a passagem pelo partido, salvo o fato de ter sido eleito em 1935 vice-presidente da recém-criada, ANL - Aliança Nacional Libertadora (RICÚPERO, 2000, p. 106-107). Nesse período também foi diretor do jornal *A Platea*, onde escreveu e publicou o programa da ANL.

A Aliança Nacional Libertadora teve um curto período de duração, foi fundada em março de 1935 e em 05 de julho do mesmo ano, depois de um manifesto fervoroso de Luís Carlos Prestes (presidente da ANL), propondo a derrubada do Governo Vargas, a ANL foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional e caiu na clandestinidade. O pouco tempo em que esteve à frente da ANL deu a Caio Prado grande visibilidade, tanto que, em 03 de dezembro de 1935 foi detido em Porto Alegre constando em sua ficha que, “era portador de ideias extremistas” (SECCO, 2008, p.51). Foi levado para São Paulo onde ficou preso até 1937 quando saiu da prisão para ser enviado para o exílio na França, onde permaneceu por dois anos.

Em 1939 retornou ao Brasil e a ditadura do Estado Novo não permitia qualquer possibilidade de oposição pelo movimento comunista. Nesse mesmo ano ele se separa da esposa, e neste período dedicou-se aos estudos e manuscritos de obras. Em 1943, Caio Prado e alguns sócios fundaram a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês. Na pauta da editora estavam questões sobre o país (defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o problema agrário), críticas ao Estado Novo e clandestinamente material do PCB. Nesse período consolidou sua segunda união, com Helena Maria Nioac que foi sua grande companheira e teve seu terceiro filho, Roberto (SECCO, 2008, p. 55). No ano de 1946 mais sócios são incorporados à editora, entre eles Monteiro Lobato, que lança pela mesma sua coleção completa. A Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês findaram suas atividades em 1964 quando foram fechadas pela ditadura militar.

O Estado Novo chegou ao fim em 29 de outubro de 1945, dando início ao processo de redemocratização do qual Caio Prado participou ativamente. Em 1947, foi eleito deputado estadual em São Paulo pelo PCB. No pouco tempo que exerceu seu mandato como

parlamentar foi muito atuante, participou das discussões sobre o regime tributário, modificações na Lei Orgânica dos municípios, apresentou o projeto de criação da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e também da Escola de Filosofia, Ciências e Letras em Taubaté, dentre outros. Em 07 de janeiro de 1948, por conta da repressão aos partidos comunistas, o registro do PCB é cassado assim como os mandatos dos deputados eleitos pelo partido. Depois da cassação Caio Prado e outros membros do seu partido foram presos por três meses em função de um manifesto que tentava mobilizar a opinião pública (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014).

Depois de sair da prisão Caio Prado intensificou suas atividades editoriais à frente da Editora Brasiliense, da Gráfica Urupês e das revistas Brasiliense e Fundamentos. O golpe militar de 1964 vai novamente cercar as ideias de Caio Prado. Ele foi detido pelo DEOPS-SP e desde então se tornaram rotineiras as prisões e depoimentos, até que, em 1968 foi indiciado em um inquérito militar por ter dado uma entrevista que supostamente incitaria a guerra e a subversão da ordem social. O ano de 1970 foi doloroso para Caio Prado, ele é julgado e condenado a quatro anos de prisão e recolhido ao Presídio Tiradentes e amargou ainda o suicídio de seu filho Roberto. Ficou preso até 1971 quando foi novamente a julgamento e dessa vez fora absolvido por unanimidade (SECCO, 2008; Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014).

Em 1975, já separado de Helena Maria Nioac, uniu-se a Maria Cecília Naclério Homem, pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Passou os anos seguintes fazendo viagens pelo Brasil, conforme Secco (2008, p.126) “viajava mais escrevia menos”. Em 1983 apoiou a campanha pelas Eleições Diretas, no entanto, não apoiou o Partido dos Trabalhadores e permaneceu fiel ao PCB. Em 1987 encontrava-se gravemente debilitado pelo mal de Alzheimer, vindo a falecer em 23 de novembro de 1990, aos 83 anos. Seu corpo está sepultado no cemitério da Consolação, na cidade de São Paulo, onde nasceu e morreu.

Influências no pensamento de Caio Prado

Sem dúvida alguma a maior influência na construção do pensamento de Caio Prado foi o marxismo. Enquanto obras fundamentais somente foram traduzidas no Brasil nos anos 60, em 1932 Caio Prado adquiriu O Capital, escrito em francês, sendo que o primeiro resumo da obra só fora publicada, no Brasil, em 1937. No mesmo ano também solicitou 47 volumes de obras marxistas em francês, entre elas as correspondências de Marx e Engels, os tomos das obras completas de Lênin e obras de Stalin, Trotsky, Bela Kun e Rosa Luxemburgo. Numa

lista de livros apontados por Caio Prado como indispensáveis para a formação de uma cultura socialista, todos eram autores russos, dentre eles, Lênin (SECCO, 2008, p. 35-36; PERICÁS, 2012).

É nítida a influência do marxismo russo no pensamento de Caio Prado, pelo menos no que tange o fato de ter aceitado o modelo soviético, sem grandes questionamentos. “O entusiasmo de Caio Prado pelo socialismo soviético e pela sua forma de organização não mudou muito com o passar do tempo. Em 1950, ele publicou um artigo sobre o Leste Europeu que elogiava o sistema de poder lá existente e, especialmente o papel dos partidos comunistas” (SECCO, 2008, p. 45). Nos anos 30, quando Caio se filiou ao PCB, o mesmo partido tinha como espelho de suas ações o comunismo soviético encabeçado pela III Internacional, daí a relação direta com o comunismo e também com o marxismo. No entanto, é necessário pontuar que a relação do marxismo com a realidade brasileira, conduzida na análise de Caio Prado, é dissemelhante ao aludido pelo PCB. No pensamento caiopradeano, há uma relação da concepção teórica com a realidade brasileira. É importante ratificar essa informação, porque aí reside o diferencial de Caio Prado.

Caio Prado Jr., apesar de ter sido defensor apaixonado do “socialismo real”, nos indica o caminho para que, não em realidade qualquer, mas no Brasil, nos sirvamos do materialismo-histórico com propósitos emancipatórios. Seu valor permanece justamente por ter entendido o marxismo como abordagem e não um conjunto de dogmas com validade universal (RICÚPERO, 2000, p.232).

Enquanto alguns teóricos haviam feito algumas tentativas de usar o marxismo como uma fórmula pronta (os marxistas no Brasil estavam ligados a ortodoxia do PCB) e aludir a formação brasileira ao que se passou na Europa, Caio seguiu outra linha. Ele foi independente, se recusou a copiar o que estava pronto, buscou uma interpretação própria do Brasil, compreendendo o marxismo como um método capaz de transformar a realidade. Nas palavras de Bernardo Ricúpero, Caio Prado foi efetivamente, “o primeiro marxista brasileiro” (1998, p. 65).

É necessário registrar que o curto período que esteve cursando Geografia e História na USP, também é considerado importante para a constituição do pensamento de Caio Prado. Naquele momento ele se aproximou dos geógrafos franceses Pierre Monbeig e Pierre Defontaines, vindo inclusive a participar da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). A proximidade com a geografia foi fundamental para definir o historiador. Ele publicou vários textos na área e artigos na revista Geografia, sobre diversos temas, como a indústria salinera, a distribuição de terras rurais, os transportes e comunicação. “Tais textos demonstravam o

grau de envolvimento dele com a Geografia e foram imprescindíveis para sua posterior obra de historiador” (SECCO, 2008, p. 40). Caio manteve contato com a AGB até o final de sua vida.

Produção Intelectual de Caio Prado

Sobre a produção intelectual de Caio Prado, apesar de pouco difundida é vasta e de imensa relevância para a compreensão da formação do Brasil. Foram 27 manuscritos, 20 livros, 01 participação em livro e inúmeros artigos e entrevistas. Publicou seu primeiro livro intitulado, *Evolução Política do Brasil*, em 1933 e sua última publicação foi em 1983, quando publicou, *A cidade de São Paulo: geografia e história*. Durante estes cinquenta anos Caio Prado foi, teórico e militante, as duas coisas engendradas talvez tenham possibilitado a ele pensar o Brasil de forma tão particular e heterodoxa.

Na obra *Evolução Política do Brasil*, publicada em 1933, Caio Prado fez uma síntese do processo político brasileiro até o fim do 2º império. Além de ser sua primeira obra, foi também a primeira referência ao materialismo-histórico. Segundo ele, não era seu objetivo descrever a história, mas sim fazer um resumo de compreensão geral dos fatos históricos, aqueles que no entendimento do autor eram necessários para sua análise.

“[...] estou seguro, a desprezar circunstâncias cuja falta talvez se faça sentir para a perfeita clareza da exposição. Mas, tratando-se de um método relativamente novo – refiro-me à interpretação materialista – de analisar a história brasileira [...]. Todos esses inconvenientes evidentemente não existiriam se se tratasse de uma história e não de uma síntese” (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 07).

Caio Prado adota uma postura bem crítica nessa obra, o que não é de se surpreender haja vista que, naquele momento já estava filiado ao PCB. Ele detalha como foi construindo-se a evolução política brasileira, e relaciona esta diretamente com o contexto econômico da Colônia brasileira e de Portugal. Foi original ao apontar a inexistência do feudalismo no Brasil comparado a Europa medieval⁵. A vida na Colônia se concentrava no campo tendo a economia agrícola como sua base material, sendo, portanto, a sociedade colonial o reflexo dessa base material. O caráter do trabalho era abusivo, realizado pelo braço escravo do índio e do negro. A impossibilidade de organizar política e economicamente a Colônia ocorreu em função do parasitismo colonial engendrado pelos portugueses. Finaliza assinalando que a independência do Brasil aconteceu por motivos econômicos, sem a participação social

⁵ Por essa afirmação recebeu críticas do trotskista Livio Xavier (SECCO, 2008, p. 132).

(PRADO, 1989). Esta obra foi publicada novamente em 1953, intitulada *Evolução política do Brasil e outros estudos*, onde Caio Prado acrescenta informações de artigos, conferências, ensaios de geografia e história.

Em 1935, publicou *URSS: um novo mundo*, o qual segundo Secco (2008) teve mais importância nos meios comunistas que *Evolução política do Brasil*. A obra seguinte e mais consagrada foi publicada em 1942, *Formação do Brasil Contemporâneo*, trata-se de uma síntese de três séculos de evolução colonial. Em 1945, a pedido da editora mexicana Fondo de Cultura Económica publicou *História Econômica do Brasil*, onde faz uma análise da construção material do Brasil desde a chegada dos portugueses em 1500, até a crise dos anos 30. Esta obra teve 46 edições até no ano de 2004.

Em 1952, publicou *Dialética do Conhecimento*, dois volumes que tratam de linguagem e lógica formal, metafísica, matemática e história da dialética. Caio Prado não acrescentou nada de novo para a discussão do tema, mesmo assim o livro teve quatro edições e duas reedições (SECCO, 2008, p. 97). Em 1954, publicou *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, obra que foi escrita como tese para concorrer a uma cadeira da Faculdade de Direito de São Paulo. Por razões políticas não ganhou a cadeira, mas obteve o título de livre-docente. Em 1957, publicou *Esboço de Fundamentos da Teoria Econômica*. Ainda no caminho da dialética, publicou em 1959, *Introdução à lógica dialética (notas introdutórias)*.

Em 1962, Caio Prado publicou *O Mundo do Socialismo*, trata-se de um relato de viagens a países socialistas. Em *A Revolução Brasileira* publicado em 1966 a primeira questão a ser destacada pelo autor é uma explicação sobre o emprego do termo revolução no título do livro. “São êsses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, é isso que constitui o que propriamente se há de entender por “revolução” (PRADO, 1966, p. 02, grifo do autor). Essa obra permitiu a Caio “deixar de ser apenas um comunista politicamente marginal no interior do partido para se situar no centro de uma polêmica sobre as razões da derrota da esquerda” (SECCO, 2008, p. 117-118). Falaremos dela de forma mais detalhada numa seção específica do artigo.

Escreveu dois artigos que fazem críticas a antropologia de Lévi Strauss e o marxismo de Althusser, em 1971 foram publicados como livro, intitulado *Estruturalismo de Lévi Strauss – O marxismo de Louis Althusser*. Em 1972, foi publicado *História e Desenvolvimento*, obra que foi escrita como tese, incentivada por Sergio Buarque de Holanda para participar à cátedra de História do Brasil da USP (SECCO, 2008, p.111 – 119). O livro *A questão agrária no Brasil*, publicado em 1979, foi fruto de uma coletânea de artigos que analisavam a

realidade rural do Brasil nas décadas de 1950 e 1960, publicados na Revista Brasiliense. Já no final de sua vida, escreveu *O que é Liberdade*, publicado em 1980 e reeditou partes de *O que é filosofia*, de 1981 e *A cidade de São Paulo*, de 1983.

A Formação do Brasil Contemporâneo

O pensamento caiopradeano está desenvolvido nas suas várias obras, todas têm grande relevância e oferecem pontos para reflexão. Neste artigo, todavia, optou-se por destacar a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicada em 1942, na qual Caio Prado fez um balanço geral do Brasil Colônia, do século XV até o início do século XIX, período que na sua compreensão marca uma etapa decisiva na evolução do Brasil, ou ainda, o começo da fase do “Brasil contemporâneo”.

Primeiramente, o que se convencionou chamar de “descobrimientos” nada mais é do que a expansão comercial dos países europeus, por isso o povoamento não fazia parte do ideário europeu. Não havia senão outra intenção que não fosse a exploração comercial. “A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis” (PRADO JÚNIOR, 1996, p.23). A ideia do povoamento vai surgir efetivamente da necessidade de expandir as trocas mercantis, “[...] era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí” (PRADO JÚNIOR, 1996, p.24).

O alicerce da constituição social e econômica brasileira é o comércio exterior. O objetivo único foi fornecer gêneros como açúcar, ouro, café, etc. para o comércio europeu. A mão-de-obra de obra para esta produção vem da escravização do negro e do índio. Para Caio Prado, até o ano de 1942 o Brasil ainda era considerado “colonial”.

É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. [...] O “sentido” da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (PRADO JÚNIOR, 1996, p.31-32).

No capítulo intitulado *Raças*, Caio Prado dedicou-se a uma explicação minuciosa sobre a constituição da população brasileira, formada por índios, negros e brancos. No início do capítulo, chama a atenção para a questão dos negros trazidos do continente africano, o qual se convencionou tratar como escravos, ignorado a diversidade de regiões das quais eram trazidos. “Uniformizado pela escravidão sem restrições que desde o início de sua afluência lhe foi imposta, e que ao contrário da do índio, nunca se contestou, ele entra nesta qualidade e só nela para a formação da população brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1996, p.106). Com os índios acontecerá a mesma situação, grupos distintos ocupavam o território brasileiro, no entanto, serão tratados como iguais, inclusive forçados a conviverem juntos. O branco até início do século XIX é de origem portuguesa e por razões diversas irá se relacionar afetivamente com índios e principalmente negros. Um caso excêntrico foram as colônias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul onde a maioria das populações foi constituída por brancos puros.

Deve-se isto ao fato [...] da forma pela qual se processou o povoamento da região. Ele tem por base a imigração de açorianos e em grupos familiares bem constituídos que asseguram a permanência de uma pureza de sangue que as condições de outras capitanias tornam precária. Doutra lado, o baixo nível econômico destas capitanias meridionais até a data que nos ocupa impediu o afluxo numeroso de negros. O índio também não é abundante, nem no litoral, nem no interior, onde, embora presente, permaneceu afastado do convívio da civilização e entranhado nas matas de oeste, em que resiste tenazmente ao avanço da colonização (PRADO JÚNIOR, 1996, p.114).

A constituição econômica, como já descrita acima, se dá em função do mercado externo, não há intenção de produzir para o abastecimento interno. A economia agrária é formada por três elementos principais: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. No século XVIII a mineração também responderá por grande parte da produção brasileira. Completando a base material e social na qual se assentava a estrutura do país, tem-se o extrativismo, localizado quase que exclusivamente no vale Amazonas.

Conforme Caio Prado, a subordinação e a inexistência de forças próprias fez com que Brasil continuasse, mesmo três séculos depois do início da colonização, ligado à economia Europeia, “como simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio. Empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas” (PRADO JÚNIOR, 1996, p. 125). Sendo a organização em grandes unidades produtoras, a responsável pela concentração do trabalho escravo e conseqüentemente da riqueza da colônia.

Sobre a organização social, Caio Prado é enfático, o que caracteriza a sociedade brasileira no início do século XIX é a escravidão. “Organização econômica, padrões materiais

e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir” (PRADO JÚNIOR, 1996, p. 269). O ponto é que a sobreposição do branco sob o negro e o índio, acabou com qualquer possibilidade de contribuição destes últimos na participação ativa da formação brasileira, a eles não restava outra atividade senão as mais servis. Nenhum posto de destaque lhes era dado. Essa questão é fundamental para a distinção de classes verificadas no Brasil até o período de análise da obra de Caio Prado, quiçá até nossos dias.

Apontaram-se aqui algumas questões tratadas na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*. A partir do que foi analisado, fica clara a preocupação de Caio Prado com questões pontuais como, o povoamento, a economia baseada na grande propriedade com o objetivo voltado para o mercado externo, com exceção apenas no sul do Brasil, a produção interna como secundária, o trabalho escravo do índio e do negro e a supressão de suas culturas e o quase aniquilamento total dos índios. O livro, que no título traz a palavra “contemporâneo” e foi publicado em 1942, era contemporâneo de sua época e continua sendo até hoje.

A Revolução Brasileira

A obra, *A Revolução Brasileira*, foi escrita em 1966, no calor da ditadura. Nela Caio Prado Júnior faz duras críticas ao programa revolucionário da esquerda brasileira. Inicialmente ele apresenta o conceito de “revolução”, o qual vai além do sentido único de insurreição. Seria, no “sentido real e profundo”, um processo histórico, de transformações políticas, sociais e econômicas, que resultarão em uma mudança estrutural da sociedade (PRADO JUNIOR, 1966, p.1-2). Devido às contradições do Brasil, havia a necessidade de transformação e, para tanto, um programa de revolução.

Não se tratava, todavia, do programa sustentado pela esquerda brasileira, cujo destaque era o programa do PCB, o qual Caio Prado inclusive ajudou a divulgar no início dos anos 40, mas que, nos anos 60 já não fazia mais sentido. Para Caio, os intelectuais de esquerda tinham uma visão distorcida da realidade brasileira, principalmente por que propunham algo a partir de um “esquema teórico preestabelecido”, ou melhor, com base nos manuais marxistas clássicos, como os utilizados na revolução russa e na chinesa. A esquerda perdeu-se em indagações do “tipo” e da “natureza” da revolução brasileira e propunha modelos importados de fora. Não por acaso, era estéril e sua capacidade de mobilização se limitava ao núcleo de militantes.

A teoria da revolução brasileira (proposta pelos quadros da esquerda hegemônica) considerava que o Brasil tivesse passado por algo como o feudalismo e que ainda existiam “restos feudais”, principalmente no campo brasileiro. Ou seja, assim como ocorreu nas nações europeias, caberia ao Brasil “passar” por estágios até chegar ao socialismo. É a velha história das etapas: suplanta-se o feudalismo com o avanço das forças produtivas capitalistas, consolida-se o sistema de mercado, acirram-se as contradições de classe para enfim, chegar à sociedade socialista. Segundo Caio Prado, um equívoco sem tamanho para a realidade brasileira.

A má interpretação da realidade brasileira “freou” as forças realmente revolucionárias, que para Caio, se encontravam no campo. A luta destes trabalhadores por mais direitos tinha grande potencialidade, mas foi totalmente subestimada pela esquerda brasileira. Por não perceberem a realidade do meio rural brasileiro, passaram longe das suas contradições e potencialidades. Outros aspectos do programa da revolução da esquerda também são criticados por Caio Prado, entre eles, a visão acerca do imperialismo, da estrutura social e da realidade econômica, sempre com destaque para a questão rural.

Com relação ao imperialismo, Caio afirmou que, novamente se tentou inserir o caso brasileiro nos moldes do que ocorria na Rússia e na China. Para ele, a forma como o imperialismo se formou nestes países diferia do ocorrido no Brasil e nos demais países latinos. Somava-se a isso, o fato da visão simplista e estranha, da esquerda brasileira em relação à verdadeira posição do Brasil dentro do sistema imperialista mundial. Para Caio Prado, o Brasil, encontrava-se submerso em um sistema de dominação externa pela Europa, desde o início de sua colonização. As terras tupiniquins se formaram dentro de um sistema mercantil que consolidou o capitalismo, criando, de um lado as potências imperialistas e de outro os dependentes. As instituições econômicas, políticas, sociais tinham origem europeia, portanto, amalgamadas a Europa. A esquerda não fazia esta análise, centrando suas críticas somente aos Estados Unidos. Era preciso mais do que isso: necessitava-se compreender profundamente a posição do Brasil enquanto capitalismo periférico, no jogo do imperialismo mundial.

No que diz respeito a estrutura social, ao contrário do que afirmava a esquerda hegemônica, não havia um antagonismo entre uma suposta burguesia agrária, reacionária e ligada ao imperialismo e outra, a burguesia industrial, nacionalista. Não havia nada na realidade brasileira que distinguisse os grandes proprietários como uma “categoria econômica e social a parte”. E mais, que pudesse levar a afirmar um antagonismo entre esta classe de grandes proprietários latifundiários de uma burguesia industrial. O único antagonismo entre as

“burguesias” ocorria pela posse do Estado. Caio apontava, de um lado, a “burguesia burocrática”, atrelada ao Estado (e deste tirava proveito) e de outro, a “burguesia mais ortodoxa”, que não tinha tantos benefícios vindos do Estado (portanto, era contra a ação mais efetiva deste na economia).

O capitalismo burocrático, por sua natureza intervencionista, aproximava-se de setores da esquerda. Não por acaso, houve uma aliança entre estes dois setores (são exemplos os apoios a eleição de JK e Jango). Para Caio, este foi mais um grande erro. Por um lado, “embaraçou e perturbou o processo de polarização das forças efetivamente revolucionárias”, promoveu alianças “espúrias”, retirou a “liberdade de movimentos (da própria esquerda)” e por outro; abriu espaço para que as forças mais retrógradas ganhassem apelo popular, pelas repetidas notícias de corrupção, que culminaram no Golpe de 64 (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 202).

Já com relação à análise da realidade econômica brasileira, Caio retoma o equívoco dos teóricos de esquerda que sustentaram que o Brasil tinha passado por um feudalismo e que ainda havia resquícios dele na sua estrutura agrária. Para ele, a natureza agrária brasileira jamais foi feudal, mas sim, de natureza mercantil. Assim, faltou nas análises da esquerda, a consideração de dois aspectos fundamentais: o primeiro, de que economia brasileira foi estruturada para produzir bens para o atendimento das necessidades da Europa, ou seja, seu caráter colonial (e que perdura até a atualidade). Segundo, o “tipo de relações de produção e trabalho” presentes no campo brasileiro, ou seja, do escravismo, cujas características também persistem na contemporaneidade (PRADO JÚNIOR, 1966, p.131).

Com base nisto, a revolução brasileira proposta por Caio Prado se daria através da análise e interpretação da realidade brasileira, da conjuntura social, econômica e política real. Esta levaria a compreensão das contradições e conseqüente busca de soluções. Isto é, o método dialético, método de interpretação e não um “receituário”. Para ele a “linha mestra” do processo revolucionário era a “superação do estatuto colonial” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.215).

Era necessário, portanto, um programa de reformas, baseados na realidade e necessidade da população e sem preocupação com os modelos ou implicações teóricas. O programa da revolução deveria conduzir a economia, para que sua distribuição e que seus frutos fossem orientados para a elevação do padrão de vida da população. Distribuição de renda, elevação do padrão material e cultural da população, começando por dar trabalho com renda adequada a todos. Para isso propôs uma intervenção do poder público sobre a economia, com objetivos previamente definidos, entre os quais, o fortalecimento do mercado interno e o atendimento

das necessidades da grande massa da população. A criação e fortalecimento de um mercado interno resultariam num crescimento do Brasil, sem a dependência do mercado externo e principalmente, desvinculando-se dos resquícios coloniais.

Conclusões Pessoais

Caio Prado Júnior viveu e escreveu numa época de turbulências no contexto brasileiro. Apoiou Getúlio e depois não viu no seu governo as mudanças que entendia como necessárias. Teve suas ideias restringidas pelo Estado Novo e pela Ditadura Militar. Por conta de sua militância e filiação ao PCB foi preso várias vezes e exilado por dois anos. Era considerado uma ameaça comunista pelos governos ditatoriais, ao mesmo tempo em que não tinha a confiança plena dos seus companheiros de partido político. Foi solitário na produção de suas ideias, talvez mal compreendido. Mas é justamente essa confusão de fatos que faz de Caio Prado Júnior um pensador incomum.

A obra de Caio Prado permanece atual. Desde sua primeira publicação em 1933, *Evolução Política do Brasil*, é possível encontrar consequências nas relações analisadas pelo autor. Assinala-se aqui apenas uma delas, no que diz respeito aos motivos que levaram à independência do Brasil. A falta de participação popular, em momentos decisivos na história do país, é algo que permanece arraigado até hoje. E as decisões continuam sendo de cunho econômico e não social.

Sobre a preocupação com a questão agrária, as constatações de Caio Prado sobre a concentração fundiária e a pobreza rural parecem não terem se alterado, salvo uma diminuição da população rural em relação ao período analisado. A concentração de terras e a pobreza rural do pequeno proprietário permanecem. A reforma agrária como foi e continua sendo feita, não produz uma mudança efetiva das condições precárias do trabalho rural.

As consequências do péssimo tratamento dado aos índios e negros, desde o período colonial, se refletem até hoje. Caio Prado elucida em vários momentos de sua obra as míseras condições as quais essas populações foram submetidas. Apontou os problemas em relação à falta de oportunidade para a participação dos mesmos na constituição social e material no Brasil. É necessário frisar que estes obviamente tiveram participação, mas como escravos, meros objetos utilizados para a produção material. A vagarosa superação das barreiras raciais apontadas por Caio Prado Junior levaram ao quase aniquilamento dos índios, que hoje somam 900.000 em todo o território nacional (IBGE, 2015). Em relação aos negros, em 2004 representavam 41,7% da população pobre do Brasil (IPEA, 2004).

A produção voltada ao mercado externo, crítica feita por Caio Prado em várias de suas publicações, também permanece como prioridade na condução do plano econômico brasileiro. É claro que o mercado interno é maior do que no período analisado por ele, mas continua sendo “secundário”. No caso do setor primário, o agronegócio como principal atividade e a agricultura familiar relegada ao segundo plano.

A obra de Caio Prado é leitura obrigatória para a compreensão da formação do Brasil. É nítido o seu esforço de compreender a evolução social, política e econômica do país a partir de seus próprios elementos. Utilizou o materialismo-histórico como método, e daí a possibilidade de transformação da realidade. Não foi convencional, não fez suposições vagas, este é o diferencial no pensamento de Caio Prado Júnior.

Este artigo buscou fazer uma revisão da vida e obra de Caio Prado Júnior, pensador que, junto com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, entre outros, ajudou a constituir o pensamento social brasileiro. Não era o objetivo analisar a obra completa do autor, nem seria possível. Desta forma, buscou-se fazer um apanhado geral, no sentido de fazer jus a um brasileiro que tanto colaborou para uma análise fidedigna da formação do Brasil.

Referências

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio_prado/Perfil_biografico/perfil_biografico.htm> acesso em 19/12/2014.

BRANDÃO, Carlos: INTERPRETES DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/62.av>> acesso em 10/11/2014.

IBGE. Disponível em: < <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2>> Acesso em: 26/01/15.

IPEA. Retrato das Desigualdades. 2ª edição. 2006. Disponível em :<<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/segundaedicao.pdf>>. Acesso em: 26/01/2015.

PRADO, Junior Caio. **A revolução brasileira**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO, Junior Caio. **Evolução Política do Brasil Colônia e Império**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRADO, Junior Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRADO, Junior Caio. **História Econômica do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Breve esboço sobre a trajetória política do militante comunista Caio Prado Júnior.** 2012. Disponível em: < <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/L-Peric%C3%A1s-CPJr.1.pdf>>. Acesso em: 22/12/2014.

SECCO, Lincoln Ferreira. **Caio Prado Júnior: o sentido da Revolução.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Perfil - Caio Prado Junior.** O homem de lugar nenhum. In: Desafios do Desenvolvimento. São Paulo, 2012. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2878&catid=52&Itemid=23>. Acesso em: 18/12/2014.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: **O primeiro marxista brasileiro.** Revista USP, São Paulo, N. 38, jun./ago. 1998. Disponível em: < <http://www.usp.br/revistausp/38/08-bernardo.pdf>>. Acesso em: 10/11/2014.

_____. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil.** São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Fapesp, Ed. 34, 2000.